MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
FADIR – Faculdade de Direito de Relações Internacionais
Dourados – MS
http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes

GRAMSCI E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PARA SUPERAR A REIFICAÇÃO DO ESTADO E A ANARCOFILIA

ROBERTO MOLL[1]

RESUMO: Na formação do campo das relações internacionais, as teorias ortodoxas realistas e liberais, baseados na ideia de Estado de Natureza, consagraram a anarquia como princípio ordenador (ou desordenador) do Sistema Internacional. Consequentemente, os Estados são caracterizados como os sujeitos, nem sempre únicos, desse Estado de Natureza anárquico que é o Sistema Internacional. Contudo, a ideia de Estado de Natureza que consagra a anarquia e a reificação do Estado é um pressuposto filosófico abstrato e especulativo, que não pode ser verificado na realidade. Por outro lado, outras teorias do campo heterodoxo das Relações Internacionais partem de outros pressupostos, ainda que a ideia de anarquia e de reificação do Estado imperem no campo. Neste artigo, pretendemos mostrar como uma abordagem teórica gramsciana pode ser associada aos conceitos de Pierre Bourdieu e aos elementos materiais e narrativos da construção da identidade nacional para contrapor a ideia de anarquia e de reificação do Estado.
Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais. Estado-Nação. Identidade Nacional

[1] Mestre em História pela UFF. Doutorando do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas – UNESP/UNICAMP/PUC-SP. Professor de Relações Internacionais da Universidade Cândido Mendes.

INTRODUÇÃO

O conceito de campo e as relações internacionais

Este artigo busca descobrir como a ideia de anarquia e a reificação do Estado surgiram e se desenvolveram no campo das Relações Internacionais, mais especificamente no seu polo ortodoxo realista/liberal. Em seguida, este artigo pretende apresentar os conceitos e as possibilidades de uma análise gramsciana articulada com os estudos de nação e nacionalismo para explicar às relações internacionais, refutando as análises clássicas do Estado reificado a ideia de que a Ordem Internacional é anárquica.

Campo, segundo Pierre Bourdieu, é um espaço no qual se estabelecem lutas pela imposição da definição das regras e conquista dos trunfos necessários para dominar as disputas ou jogos (BOURDIEU. 1990: 119-120). Todo campo, inclusive o campo científico das relações internacionais, é um campo social marcado por relações de força, estratégias, interesses e lucros. Dentro dos campos constituem-se relações objetivas entre posições adquiridas durante a história com o objetivo de conquistar o monopólio da competência científica. Isto é, da capacidade de falar e agir legitimamente, que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983: 122). As disputas configuram as regras do campo. O polo dominante é aquele que dita às práticas ortodoxas dos campos, que pretendem conservar suas posições. O polo dominado dita as práticas heterodoxas que tentam desacreditar os detentores de mais capital, os dominadores. Os que dominam o campo devem criar uma série de instituições e práticas que garantam suas posições. Os dominados desenvolvem estratégias de subversão. Dominantes e dominados são rivais e coniventes, pois é na interação que eles delimitam o campo e suas regras (BOURDIEU, 1990).

A ortodoxia, a anarquia e a reificação do Estado

Liberais e realistas: a anarquia e o Estado como regras do campo

O campo de estudos das relações internacionais é bastante recente, começou a ser construído no final da Primeira Guerra Mundial. Naquele momento, surgiram os primeiros trabalhos liberais que buscaram compreender a relação entre os Estados em um Sistema Internacional, a fim de evitar novas guerras. As análises liberais para as Relações Internacionais tem como base um conjunto de princípios universais, que defende a necessidade de estruturar o Sistema Internacional através do entendimento, da confiança e da boa vontade. Os liberais que analisavam o sistema internacional estavam claramente influenciados por pensadores políticos modernos como Marsílio de Pádua, Thomas Moore, Abade de Saint-Pierre e Immanuel Kant. Como este último, os liberais acreditavam que nenhum Estado poderia se intrometer em outro com utilização do uso da força; precisariam ter regras de relacionamento mútuo; e não deveriam utilizar métodos escusos e desonrosos porque as mágoas permaneceriam e levariam a mais rivalidade e menos confiança.

Sob a ótica liberal, a confiança mútua é a pedra fundamental para que as relações internacionais sejam marcadas pela paz. Isto só seria possível se os países fossem Repúblicas porque os cidadãos não colocariam o país em uma guerra, que traria despesas e riscos excessivos, diferente de reis que poderiam fazê-lo para alcançar benefícios próprios. Além disso, os liberais consideram o elevado custo do equipamento bélico e as guerras como entraves ao desenvolvimento econômico. Para os liberais, no cenário interno e internacional, os Estados, que supostamente representam a sociedade, tinham o dever de assegurar a paz para garantir as liberdades individuais e econômicas, consequentemente os países e os povos progrediriam.

Parte dos liberais parte do princípio de Estado de Natureza de Locke, no qual os homens viviam em um Estado de Natureza caracterizado pela razão, liberdade, igualdade e independência. Contudo, alguns homens renunciavam a razão e atacavam os seus congêneres. Neste caso, os homens deveriam punir os transgressores, mas poderiam dar

início a uma guerra entre os que seguem e os que desprezam o Estado de Natureza. Assim, os homens deveriam ceder seu direito de executar as leis que garantiam a liberdade, a igualdade e a independência e entregá-lo a um corpo político representativo, o governo.

Com este espírito de paz e progresso, Woodrow Wilson lançou o projeto da Liga das Nações em 1919. A Liga foi um fiasco porque sua concepção estava em franca contradição com as necessidades e demandas dos grupos sociais, que dirigiam os Estados após a Primeira Guerra Mundial, sobretudo nos Estados Unidos. A ineficácia da Liga, e consequentemente do liberalismo das Relações Internacionais, ficou evidente com a instabilidade da organização e sua incapacidade para evitar conflitos, em última instância a própria Segunda Guerra Mundial.

No entre guerras, enquanto os liberais dominavam o campo das Relações Internacionais, pensando muito mais como as relações entre Estados deveriam ser do que realmente eram, surgiram teorias preocupadas com a realidade dessas relações. Após a Segunda Guerra Mundial as teorias realistas, como ficaram conhecidas, se tornaram dominantes no campo das Relações Internacionais, sobretudo porque as ideias liberais se mostraram ineficientes. As teorias realistas das relações internacionais também se basearam nas teorias políticas modernas, mas, sobretudo nas ideias de Estado de Natureza e de anarquia de Thomas Hobbes.

As teorias realistas foram sintetizadas e organizadas em 1948 no "A política Entre as Nações" de Hans Morgenthau. Neste trabalho, Morgenthau buscou aproximar a teoria realista das Relações Internacionais da ciência. Para ele, uma teoria deve ser testada, não em função de princípios abstratos, mas em função da realidade. Assim, deve se submeter aos testes empíricos e teóricos. Morgenthau criticou as concepções liberais de relações internacionais, que entendiam erroneamente que, uma ordem política moral poderia ser derivada de princípios abstratos, válidos universalmente e baseados na confiança derivada da retidão e da racionalidade humana.

Em oposição, Morgenthau baseou seus estudos na teoria política moderna de Thomas Hobbes. Este acreditava que os homens viviam em um Estado de Natureza no qual eram livres para satisfazer seus desejos, mesmo que para isso tivessem que aniquilar seus

adversários, criando um quadro de todos contra todos, que poderia levar a anarquia ou a ditadura. Assim, estabeleceu-se um contrato social no qual os indivíduos entregaram sua liberdade a um Estado soberano para evitar a anarquia ou a ditadura. Para Morgenthau, assim como os homens no Estado de Natureza eram os Estados no sistema internacional. Entretanto, de acordo com o teórico realista, no sistema internacional não existe tal soberano e os Estado encontram-se em um quadro de anarquia, tal e qual o Estado de Natureza. Assim sendo, Morgenthau compreende o Sistema Internacional como o espaço de interesses contrários, aonde não há possibilidade de realização dos princípios morais. Aonde a guerra é o estado normal e a paz é apenas exceção (MORGENTHAU, 1948). Durante a Guerra Fria, sobretudo de 1950 até o final dos anos 1970, os realistas definiram as regras do campo das Relações Internacionais, com capital político, financeiro e simbólico, expresso no discurso científico de Morgenthau.

Neoliberalismo e neorrealismo: reconfigurando as regras em um novo contexto

No final dos anos 1970, novos jogadores, devidamente financiados, entraram no campo das Relações Internacionais. Diante do aumento das trocas econômicas, da intensificação da cooperação entre as nações, da potência das empresas transnacionais e de novos problemas decorrentes desta nova realidade, os liberais voltaram disputar o campo das Relações Internacionais. Os neoliberais, como ficaram conhecidos, argumentam que uma crescente interdependência econômica está presente na nova conjuntura mundial. Para os neoliberais, a interdependência não é um fenômeno benigno ou maligno e não afeta todos da mesma forma. Eles reconhecem que a interdependência é assimétrica, contudo lembram que os resultados das interações não são sempre determinados pela distribuição de riqueza e de poder. Sob a ótica neoliberal, os países grandes nem sempre predominam nas negociações por serem grandes. Deve-se levar em conta a relação entre intensidade das preferências e os recursos à disposição dos membros. Quanto maior for a intensidade das preferências maior será a coerência das políticas adotadas e

consequentemente o resultado será favorável. Assim, os neoliberais recuperaram o argumento liberal e a ideia de que em um Estado de Natureza, como o Sistema Internacional, se os Estados agirem de forma racional, cooperativa e coerente, todos podem sair ganhando.

Para afirmar o caráter científico da sua teoria, os neoliberais recorreram à lógica da teoria dos jogos. Assim, de acordo com eles, os Estados em um sistema anárquico depois de certo número de repetições vão preferir a cooperação porque os riscos da trapaça serão grandes. Assim, vão optar por ganhos menores, mas com mais segurança. Os Estados estão interessados em maximizar seus ganhos individuais absolutos, sendo indiferente aos ganhos relativos aos demais. A repetição do jogo promove a cooperação ao criar os parâmetros entre os jogadores através da experiência repetida, ou seja, aumenta o grau de previsibilidade e reduz as desconfianças. A cooperação se torna reiterada e os atores percebem que é a melhor estratégia ao longo prazo.

Entretanto, os neoliberais reconhecem que existem Estados que atuarão de forma unilateral e, se necessário, trapacearão para atingir seus objetivos. Assim, para os neoliberais, as organizações internacionais tem um papel fundamental. Elas podem facilitar a cooperação, reduzindo a incerteza e oferecendo estruturas em que os acordos podem ser negociados. Em outras palavras, diminuem as imposições unilaterais e trapaças porque fornecem informações aos governos e ajudam a construção e a adoção de regras que estabelecem padrões de conduta. De acordo com eles, os Estados promovem a criação de instituições multilaterais para amenizar a anarquia, minimizando a insegurança, os conflitos no Sistema Internacional e promovendo cooperação. Os países que se julgarem prejudicados podem criar mecanismos dentro das instituições para reverter essa realidade. Os neoliberais reconhecem que nenhuma instituição é capaz de obrigar os Estados a cumprirem os compromissos. Contudo, elas podem coagi-los deixando os custos da nãocooperação altos. Assim como os realistas, os autores neoliberais consideram que o Sistema Internacional é anárquico e que os Estados buscam sempre maximizar seus ganhos. Mas consideram que ao invés de resultados terríveis ou frustrados o fim pode ser positivo quando existem informações disponíveis, que reduzem a desconfiança.

Diante da intensificação do processo de globalização e interdependência dos anos 1970, os neoliberais ganharam reconhecimento e capital simbólico dentro do campo. Mas os realistas contra-atacaram. Kenneth Waltz atualizou a teoria realista, que passou a ser chamada de neorrealismo. Para Waltz, recuperando o Estado de Natureza Hobbesiana, o Sistema Internacional é um estado de Guerra no qual qualquer contato sem conflito é inconcebível. Os Estados conduzem seus assuntos na sombra da violência. Todos os Estados devem estar preparados para usar a força ou ficar a mercê dos outros Estados. A esperança de um agente para gerir ou manipular os conflitos e o uso da força não é realista.

Para os neorrealistas, o sistema internacional é um sistema de autoajuda. Em uma estrutura anárquica como o Sistema Internacional, o incentivo de cada unidade é tomar conta de si. Há receio de que a divisão dos ganhos em uma situação de cooperação possa fortalecer mais uma unidade do que as outras. A estrutura das relações internacionais limita a cooperação de duas formas: os Estado temem que a divisão de ganhos possa favorecer outros mais do que a si; e ficam preocupados com a dependência, que aumenta sua vulnerabilidade, uma vez que terão que assegurar os bens dos quais dependem. As unidades gastam seus esforços para se defender uma das outras e não para cooperação. Portanto, segundo Waltz, o comportamento racional diante da estrutura internacional não leva aos resultados desejáveis em termos de cooperação.

Cada país toma conta de si, ninguém pode tomar conta do sistema. Não existe nenhuma agência internacional que possa transformar o sistema. As nações são os únicos agentes capazes de resolver os problemas globais. Grandes tarefas só podem ser realizadas por agentes de grande capacidade. Por isso, os Estados mais poderosos são chamados para situações de crise, mas eles pensam primeiramente em seus interesses. Para sua segurança, as unidades numa condição de anarquia devem confiar nos meios que podem gerar e nos acordos que podem fazer para elas próprias. Um governo mundial seria um convite para uma guerra civil mundial porque quanto maior for o poder dos Estados, maior tem que ser o poder da Organização Internacional. Nestas condições os Estados se envolveriam em uma luta pelo controle da Organização Internacional. Na ausência de organização, os estados

podem projetar acordos mínimos que, em um Estado de Natureza, permitem sua existência independente ao invés de acordos máximos para manterem a união.

Atacando os neoliberais Waltz lembra que cada vez que surge a paz ou que aumentam as instituições, os estudiosos veem a diminuição da anarquia. Mas, segundo o teórico neorrealista, os neoliberais confundem estrutura com processo porque anarquia e hierarquia não acomodam a variedade social e absoluta que conhecemos. As anarquias são ordenadas por justaposição de unidades similares não idênticas, por uma hierarquia de balanças de poder que se estabelece em cada microssistema. Waltz continuou atacando os neoliberais dizendo que uma teoria para ser científica tem que Imaginar as relações internacionais como um domínio específico, descobrir algumas regularidades tipo lei dentro delas e desenvolver uma forma de explicar as regularidades observadas. Assim será possível observar que estrutura anárquica é responsável por alguns aspectos recorrentes do comportamento dos Estados, que por isso se juntam pela força e pela competição mais do que pela autoridade e pela lei.

De acordo com o neorrealista, John Mearshemeir, o Sistema Internacional tem cinco características básicas: 1- a anarquia é o princípio ordenador do Sistema Internacional; 2- os Estados têm capacidade militar ofensiva e a capacidade de destruir outros Estados; 3- os Estados nunca podem ter certeza das intenções dos outros Estados; 4- o que move os Estados é a sobrevivência e consequentemente a manutenção da sua soberania; 5- os Estados pensam estrategicamente sobre como sobreviver no Sistema Internacional, aonde as informações são precárias. Essas cinco características básicas, de acordo com Mearshemeir resultam em três padrões de comportamento comum a todos os Estados. Primeiro, os Estados nos Sistema Internacional sentem medo uns dos outros e estão sempre preparados para a guerra. Segundo, cada Estado no Sistema Internacional busca garantir sua sobrevivência sem depender de outros, as alianças são somente temporárias. Terceiro, os Estados no Sistema Internacional maximiza seu poder e sua posição relativa sobre todos porque quanto maior for sua vantagem militar maior será sua segurança (MEARSHEMEIR, 1994).

Para os realistas, as relações que se desenvolvem no Sistema Internacional é um jogo de soma zero, o objetivo é conquistar mais poder a custas dos rivais. Nesse sistema anárquico, os Estados que buscam cooperar consideram não apenas os seus ganhos absolutos, mas quanto vai ganhar diante do que será distribuído entre eles. Segundo o realista, a cooperação só pode ocorrer em uma lógica de balança de poder que impulsiona a formação de alianças entre Estados contra um inimigo comum. Contudo, essa cooperação é tênue e só existe em um mundo pautado pela competição. As instituições são apenas criações dos Estados mais fortes para manter ou aumentar seu poder. Mesmo que o problema da trapaça seja resolvido, os Estados continuariam preocupados com ganhos relativos porque a diferença entre seus ganhos pode ser transformada em vantagens militares. Em última instância, essas vantagens militares podem ser usadas como agressão, coerção e no fim do Estado mais fraco, que teve menos ganhos do ponto de vista relativo (MEARSHEMEIR, 1994).

As ideias de Estado de Natureza, anarquia e o papel autônomo e soberano do Estado marcaram definitivamente as teorias de relações internacionais e consequentemente a formação do campo das Relações Internacionais. Ainda que muito diferentes, realistas, neorrealistas, liberais e neoliberais partem do mesmo princípio, supostamente científico, de que o Sistema Internacional é como um Estado de Natureza anárquico. A ideia de Estado de Natureza herdada de Hobbes e de Locke é apenas uma abstração, ainda que esses filósofos acreditassem no contrário. No campo da história, a ideia de Estado de Natureza já se tornou um mito. E mesmo no campo da biologia não é possível provar que exista uma natureza própria dos seres humanos que determinam tipos de comportamento em situações como um Estado de Natureza. Não há nada que prove que os homens são naturalmente egoístas ou altruístas, embora alguns estudos recentes tenham retomado este tema como pesquisa. Mais difícil ainda seria provar cientificamente que os Estados entendem o Sistema Internacional como um Estado de Natureza anárquico e agem de acordo com tal ideia. Nessas teorias, os Estados são reificados, ou seja, tomados como indivíduos ou organismos independentes senhores absolutos das ações, com vida e vontade própria.

A abordagem gramsciana

A raiz marxista

O teórico italiano Antônio Gramsci, que viveu nos anos 1930, nunca escreveu especificamente sobre Relações Internacionais. Contudo, os conceitos de Gramsci permitem ultrapassar o debate realista/liberal acerca dos Estados e da natureza do Sistema Internacional. Dentro da linhagem marxista, os conceitos e análises políticas de Gramsci foram resgatados nos anos 1990 e inspiraram novas abordagens acerca das relações internacionais. O pensamento de Gramsci influenciou alguns teóricos de Relações Internacionais, em maior ou menor medida, como Giovanni Arrighi, Robert Cox, Andrew Linklater, Greg Murphy, Stephen Gill e outros autores da Teoria Crítica e da Teoria do Sistema Mundo.

A teoria de Marx é distinta da ideia de Estado de Natureza. Para Karl Marx, a única coisa natural nos homens são suas necessidades primárias. Em a ideologia alemã, o filósofo alemão parte do princípio de que a primeira premissa para existência dos homens é estar em condição de viver, ou seja, comer, beber, morar e se vestir. Somente depois de conseguir suprir essas necessidades primárias, os homens produzem novas necessidades. Segundo Marx, os homens só podem viver quando produzem seus meios de vida em relação com a natureza e com outros homens. Nenhum homem consegue produzir toda sua vida material. A produção da vida no trabalho ou na procriação é uma relação natural e uma relação social. Revela-se assim, uma conexão materialista dos homens entre si. Esta conexão está condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção (MARX, 2004).

Segundo Marx, é preciso perceber que o mundo é um produto histórico, resultado da atividade de uma série de gerações desenvolvendo suas formas de produzir, seu intercâmbio e modificando a sua ordem social de acordo com as necessidades, portanto não é dado a partir da eternidade ou de um Estado de Natureza. Para Marx, durante a história, a divisão do trabalho levou a repartição desigual das riquezas, quantitativamente e qualitativamente. Assim, a história é uma sucessão de diversas gerações, que exploram os materiais, capitais e forças de produção que são deixadas pela precedente em

circunstâncias mudadas e também as modificam. No desenvolvimento das forças produtivas chega-se a um estágio, o capitalismo, no qual as forças de produção e os meios de intercâmbio produzem uma classe que tem que suportar o fardo da sociedade sem gozar dos benefícios e outra, que se apropria dos produtos deste trabalho através da extração de mais valia. Esta realidade mostra uma inerente contradição entre cada um dos indivíduos e o interesse comunitário de cada indivíduo que mantêm intercâmbio, em decorrência da realidade material (MARX, 2004).

Em suas obras, Marx também questionou a reificação do Estado. De certo, como aponta Tullo Vigevani, frequentemente nas relações internacionais, Marx é acusado de não ter elaborado em seus trabalhos conceitos acabados de nação e de Estado. Dessa forma, consequentemente, Marx não teria produzido uma análise consistente de relações internacionais (VIGEVANI et al., 2010). De fato, em a Ideologia Alemã, Marx aponta que a forma de intercâmbio dos homens condicionado em todos os estágios históricos é a sociedade civil e não o Estado. A sociedade civil é o verdadeiro lar e teatro de toda a história, portanto a história dos grandes chefes ou simplesmente dos Estados é absurda. A história só pode ser a história das relações dos homens (MARX, 2004). Assim, na mesma obra, Marx superficialmente definiu o Estado como o espaço aonde os interesses comunitários assumiram a forma autônoma, que são comunidades ilusórias com base real nos laços existentes.

Os marxistas, em sua maioria, consideram que o Estado não está livre das contradições do modo de produção capitalista. Pelo contrário, ele é analisado como a expressão, por excelência, das desigualdades verificadas no bojo da totalidade desse sistema. Para os marxistas, aceitar a ideia de um Estado soberano que está acima dos interesses das classes que compõem a sociedade implica em aceitar as relações de alienação que estão na base do sistema capitalista. A burguesia legitima a sua dominação mediante o controle político e ideológico do Estado. Ao mesmo tempo em que se proclama a igualdade formal de todas as nações, omitem-se as verdadeiras relações de dependência,

de dominação, ou seja, relações certamente não iguais, muitas vezes drasticamente assimétricas, determinadas pelos fatores econômicos e sociais (VIGEVANI et al., 2010).

Como aponta Vigevani, o marxismo não tem uma reflexão específica sobre relações internacionais da maneira como são analisadas pelas teorias dominantes da disciplina, relações entendidas como relações entre Estados. Ao perceber o sistema de Estados como expressão de uma totalidade social, conclui que qualquer relação política entre eles resulta de relações sociais de produção. A questão central é a estrutura de dominação social. Sua compreensão é o que permite entender as relações internacionais (VIGEVANI et al., 2010). Em a Ideologia Alemã, Marx deixa isto claro quando analisa brevemente a relação entre os Estados. Para ele, a relação entre as nações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e do intercâmbio interno. A própria estrutura interna da nação depende do desenvolvimento da produção e do intercâmbio.

Gramsci com ajuda de Bourdieu: correlação de forças e construção da hegemonia

Na esteira de Marx, para Gramsci não existe um Estado de Natureza nem uma Natureza Humana imutável, seja ela real ou abstrata. Na perspectiva gramsciana, a ação dos homens e mesmo dos Estados é resultado de um conjunto de relações sociais que se desenvolveram ao longo da história, dentro de certos limites. O Estado para Gramsci não é um ator das relações internacionais, que paira acima da sociedade. O Estado em Gramsci é construído por relações sociais. Para compreender o estado como uma relação faz-se necessário entender os três níveis de percepção da sociedade em Gramsci: a) a infraestrutura – que consiste no espaço das relações de produção e de trabalho, mas diferente das análises marxistas tradicionais está dimensão não tem mais valor do que outras; b) a sociedade civil – ou seja, o conjunto de indivíduos organizados, que são o elemento principal de ação e pressão política; c) a sociedade política – isto é, o conjunto de aparelhos e agências administradas pelo poder público.

O Estado é reflexo da correlação de forças presente na sociedade civil e expressa na sociedade política, que pode, ou não, resultar na hegemonia de um grupo social. O que

Gramsci chama de hegemonia é o processo de construção do consenso sobre uma visão de mundo (ideologia) ampla e um projeto político amplo, somado ao uso da violência. Isso acontece quando um grupo potencialmente hegemônico, uma classe ou uma fração de classe, toma consciência da sua posição econômica e do papel político que pode desenvolver. Esse grupo elabora, mesmo informalmente, um projeto político com suas necessidades, demandas e desejos. Em seguida este grupo estabelece alianças com outros grupos formando um "Bloco Histórico". Neste articulam-se elementos subjetivos e objetivos. Isto é, o grupo potencialmente hegemônico e seus aliados partilham objetivos materiais, visões de mundo e culturas semelhantes. Os intelectuais orgânicos, aqueles que emergem dentro do grupo potencialmente hegemônico, são responsáveis pela difusão de um projeto político, da visão de mundo e da cultura, que unem o "Bloco Histórico". A cultura para Gramsci é um conjunto de valores, crenças e percepções desenvolvidas por cada grupo social, classes ou frações de classes. Em seguida, o grupo potencialmente hegemônico apresenta seu projeto político como um projeto político amplo e sua visão de mundo como uma visão de mundo ampla, nacionais. Novamente, é o intelectual orgânico que deve organizar e divulgar o projeto político e a visão de mundo construídos no "Bloco Histórico", para torná-los nacionais. Para tanto, os grupo potencialmente hegemônico tem que incluir algumas necessidades, demandas, interesses, desejos e elementos culturais de classes distintas, dominadas, entretanto, sem macular seus próprios objetivos.

O consenso, embora amplo, não é único. Outras visões de mundo, contra-hegemônicas, concorrem para derrubar a hegemonia de um grupo e reconstruí-la. Os grupos que buscam ser hegemônicos precisam utilizar o mínimo de violência contra aqueles que não aceitam o projeto hegemônico. Em outras palavras, hegemonia é quando uma visão de mundo de um dado grupo se impõe sobre o conjunto dos demais, mas não simplesmente de forma imperativa e sim através do consenso, com utilização mínima da violência, mas sem prescindir desta (GRAMSCI, 2002). Assim sendo, o Estado tem outra dimensão para além da força. Para Gramsci, o Estado não pode ser percebido puramente

como um agente coercitivo ou enganador, que age unicamente em prol da manutenção das classes proprietárias.

Os ensinamentos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, sobretudo o conceito de capital simbólico, habitus e violência simbólica podem ajudar a compreender a teoria gramsciana, principalmente as estratégias que transformam uma visão de mundo específica de um grupo em uma visão de mundo ampla. A antiga polêmica entre subjetivismo e objetivismo emerge como ponto central para a reflexão de Bourdieu. O projeto de um grupo que busca se tornar amplo, nacional ou internacional precisa ser representado por intelectuais orgânicos com capital simbólico.

Uma visão de mundo que pretenda ser ampla precisa estabelecer conexões com os códigos que remetem à realidade objetiva e aos *habitus* dos indivíduos e dos diversos grupos sociais. Ou seja, precisa estar embasado nas necessidades materiais primárias de sobrevivência dos homens, mas também nos *habitus*, que são disposições duráveis, intersubjetivas, estabelecidas e transmitidas através das gerações que nortearam as percepções e as ações dos grupos e classes sociais. Contudo, o *habitus*, como intersubjetividade, está em intrínseca relação com o material, uma vez que está sujeito a mudanças derivadas das ações, da busca pelas necessidades materiais, pela dinâmica das correlações de forças sociais e do confronto em experiências novas (BOURDIEU, 1996). O *habitus* tende a orientar a ação e na medida em que é produto das relações sociais ele tende também a assegurar a reprodução dessas mesmas relações. A interiorização das normas, valores e princípios assegura a relação entre as ações dos sujeitos e a realidade objetiva como um todo. O *habitus* garante a interiorização e a adéqua a ação do agente a sua posição social. As diferenças de classe aparecem nas disposições que os indivíduos possuem em internalizar e reproduzir produções legítimas. Assim, a reprodução da ordem não está somente nos aparelhos coercitivos dos Estados ou as ideologias oficiais, mas está em níveis mais profundos (BOURDIEU, 1983).

Segundo Bourdieu, o capital simbólico é conquistado através do reconhecimento ou da consagração acumulados em lutas anteriores (BOURDIEU, 1990:271). Por isso é importante fazer microbiografias e microssociologias para identificar o local de fala e o ciclo

social dos atores. Além disso, a hegemonia precisa utilizar uma coerção sutil, ou o que Bourdieu chama de violência simbólica. Isto é, a fabricação contínua de crenças, que induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. A violência simbólica é o meio de exercício do poder simbólico (BOURDIEU, 1990).

Novas regras: correlação de forças e hegemonia nas Relações Internacionais

Na abordagem gramsciana das Relações Internacionais, as unidades básicas de análise são as relações sociais e não os agentes individuais como Estados, consumidores, empresas, grupos de interesse e outros. Bem como a análise do Estado, a teoria de Gramsci para Relações Internacionais se baseia na organização social da produção e na correlação de forças dentro e fora dos Estados, onde o subjetivo e o objetivo interagem. A perspectiva gramsciana busca analisar a ordem sistêmica de forma dialética, de baixo para cima e de cima para baixo. Assim, segue um caminho contrário às tendências de análise da ordem sistêmica que priorizam o papel de agentes individuais, mormente os Estados, em um ambiente anárquico (GILL, 2007).

Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci afirma que as Relações Internacionais reagem passiva e ativamente sobre as relações sociais de hegemonia que acontecem dentro dos Estados. Segundo ele, as relações internas de um Estado se entrelaçam com as relações que ocorrem em nível internacional, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma hegemonia construída em um país mais desenvolvido pode se difundir em países menos desenvolvidos, interferindo nas relações sociais nacionais. Esta relação entre forças nacionais e internacionais, de acordo com Gramsci, é complexa porque dentro de cada Estado existem outras relações de forças.

A partir de Gramsci e do filósofo italiano Giambattista Vico, o canadense Robert Cox vai insistir que a essência dos homens e as instituições não devem ser pensadas em termos de essência imutável, mas como criação contínua e mutável. Assim, o Estado em sua

concepção superficial, como aparato político-burocrático-militar não pode ser entendido como unidade motriz e independente nas relações internacionais. Contudo, o Estado entendido como sociedade civil amplificada é o foco das lutas sociais, o lócus da construção da hegemonia e, consequentemente, a entidade básica das relações internacionais. Dessa forma, assim como Gramsci, Cox entende que as relações internacionais derivam das relações sociais fundamentais. Portanto, para compreender a ação dos Estados nas relações internacionais é necessário investigar a historicidade das lutas internas e da construção da hegemonia, levando em consideração as relações sociais internas e externas.

Cox, um dos principais teóricos que desenvolveu a análise gramscianadas Relações Internacionais, entende que a classe ou fração de classe que constrói a hegemonia dentro de um Estado pode, dependendo das condições matérias, de forma consensual e violenta, exercer a hegemonia em uma ordem mundial. A hegemonia no plano internacional é uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante e um complexo de relações sociais internacionais que une as classes de diversos países. Ou seja, uma determinada classe ou fração de classe de um Estado se associa a outras congêneres, formando um "Bloco Histórico Internacional" e busca transformar sua visão de mundo, nacional, em uma visão de mundo universal. Isto é possível quando o Estado é capaz de incluir aspirações e interesse que se conectam e fazem sentido para classes e frações de classe em outros Estados. O Estado hegemônico, como expressão da correlação de forças, dirige o Sistema Internacional apresentando o projeto político do "Bloco Histórico Internacional" como universal e utilizando a violência física e simbólica de forma limitada, somente quando necessário. As instituições econômicas, as formas de produzir, a cultura, a visão de mundo, o projeto político e a organização social do hegemônico tornam-se modelos a serem imitados no exterior (GILL, 2007; COX, 2007). Isso acontece principalmente em países menos desenvolvidos de fora do "Bloco Histórico Internacional" através de uma "revolução passiva", isto é, de uma tentativa de modernização, que adota de forma mimética as estruturas políticas e econômicas do núcleo hegemônico, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento.

De forma complementar, Giovani Arrighi, também baseado em Gramsci, aponta que as hegemonias mundiais são um fenômeno do moderno sistema de interestados que surgiu ao fim do período medieval e está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. Arrighi afirma que o conceito de hegemonia mundial se refere ao poder que um Estado tem de exercer funções governamentais sobre outros Estados no Sistema Internacional. Tal liderança não é dominação pura e simples como os realistas descrevem hegemonia. Como acontece no cenário nacional, a liderança do hegemônico internacional é pautada pela combinação do consentimento e da coerção (GILL, 2007; ARRIGHI, 1996). Para Arrighi, um Estado só pode se tornar hegemônico no Sistema Internacional quando consegue afirmar "ser a força motora de uma expansão universal do poder coletivo dos governantes perante os súditos"; ou quando tem condições de demonstrar que "a expansão de seu poder em relação a alguns ou até mesmo a todos os outros Estados representa o interesse geral dos súditos de todos os Estados" (GILL, 2007: 230).

Para Arrighi, as construções e a transformação da hegemonia no Sistema Internacional acontecem em situações de "caos sistêmico". Nas palavras de Arrighi, "caos" não é o mesmo que anarquia. Anarquia designa falta de poder central, enquanto "caos sistêmico" quer dizer falta de organização. Esta é uma situação que surge o conflito quando a correlação de forças apresenta diversas tendências antagônicas ou quando uma nova visão de mundo e um novo projeto são impostos, sem serem aceitos e/ou sem substituírem os anteriores. Diante disto, qualquer Estado que seja capaz de construir uma nova ordem a partir de um novo projeto político e de uma nova visão demundo tem condições de se tornar hegemônico (ARRIGHI; SILVER, 2001; GILL, 2007). A concepção de caos de Arrighi remonta a ideia de "crise hegemônica" de Gramsci. Para Gramsci, em determinadas situações, quando nenhuma das forças consegue construir um projeto hegemônico amplo ou quando a força hegemônica não consegue mais apresentar seu projeto político e sua visão de mundo como amplos, nacionais e/ou universais. Nesses casos, tanto no ambiente nacional quanto no internacional, começa um novo processo de definição de hegemonia, marcado pela crise ou pelo cesarismo.

As Organizações Internacionais refletem a correlação de forças, o poder hegemônico e a contra hegemonia. As Organizações Internacionais não são atores desinteressados, nem simples instrumentos de realização dos objetivos das potências. Craig Murphy, a partir da análise gramsciana, considera as Organizações Internacionais correias de transmissão de interesses, projetos políticos e visões de mundo - inclusive através de lei que, por exemplo, dão respaldo ao mercado e a exploração da mão de obra – que criam um consenso e são assimilados com o tempo. Contudo, dentro das Organizações Internacionais existem forças que se movimentam em sentido contrário, disputando e/ou se opondo a hegemonia (MURPHY, 1994). As próprias Organizações Internacionais funcionam como ferramenta de coerção física ou simbólica àqueles que desafiam a ordem hegemônica. Neste sentido, as Organizações Internacionais funcionam, inclusive, como elemento de legitimação democrática do uso da força, uma vez que tem, supostamente, o respaldo da maioria dos governos e cidadãos do globo. Em alguns casos, as Organizações Internacionais podem funcionar como órgãos de violência simbólica ou física do polo contra hegemônico, sobretudo algumas Organizações Internacionais não Governamentais[2].

A construção da nação, do nacionalismo e a hegemonia

A ideia nação e o nacionalismo são elementos fundamentais no processo de construção da hegemonia. As nações não são entidades naturais. As nações e os nacionalismos surgiram de projetos sociais, políticos, culturais e econômicos, que buscavam se tornar amplos, legítimos e factíveis para um grande conjunto de seres humanos, portanto hegemônicos.

Como observou Benedict Anderson, as nações são comunidades imaginadas, construídas. São imaginadas, pois os membros de uma nação não conhecem pessoalmente uns aos outros, mas mesmo assim nutrem e dividem o mesmo sentimento de comunhão nacional. Como nota Anderson, o estado moderno, dirigido por uma classe social

[2] O debate acerca das Organizações Internacionais e a construção da hegemonia precisa ser aprofundado especificamente em outro momento.

administrativa e dominante precisava apresentar seu projeto político, cultural, social e econômico como amplo, a fim de legitimá-lo. Neste sentido, entre outras coisas, foi fundamental o processo de confecção de mapas, alfabetização e vernacularização da língua, que possibilitaram que os homens compreendessem as leis e reconhecessem nos jornais imagens comuns e narrativas coletivas comuns a um espaço delimitado ao qual pertenciam. Nas peças legais, nas imagens e nas narrativas, diversos eventos e relatos formam uma espécie de romance real e se entrecruzam com a vida do leitor. Dessa forma, o leitor se vê como parte de uma "comunidade imaginada" com um espaço circunscrito e sujeitos nunca vistos, aonde se desenrolam os enredos e as narrativas, que guiam parte de suas vidas (ANDERSON, 1983). Tais narrativas e imagens diárias estimulavam, e ainda estimulam os homens a buscarem suas identidades e definirem suas obrigações com a nação. Em outras palavras, tornaram os homens nacionalistas.

Corroborando os mesmos pressupostos modernistas de Anderson, os historiadores britânicos Eric Hobsbawm e Terence Ranger argumentam que as práticas nacionalistas culturais e administrativas que legitimam as nações são "tradições inventadas" na modernidade. Hobsbawm e Ranger entendem por "tradição inventada" as práticas de natureza ritual ou simbólica, reguladas institucionalmente ou não, que têm por objetivo inculcar valores e normas de comportamento, supostamente, milenares, naturais e obrigatórias a todos os membros que pertencem a uma comunidade. Os historiadores britânicos, entretanto, explicam que o termo "tradição inventada" é utilizado em sentido amplo, que inclui as tradições construídas e institucionalizadas formalmente pelos estados e as tradições que surgiram de maneira espontânea em um período limitado e determinado do tempo, mas que se estabeleceram com rapidez (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

O cientista político inglês Anthony Smith, tal como Anderson, encara as nações e o nacionalismo como construções, portanto sem considerá-las como entidades naturais. Para Smith as nações são "uma nomeada população humana que compartilha mitos e memórias, ocupa historicamente um território; e possui uma cultura de massas, uma economia única e responsabilidades e direitos legais iguais para todos os membros". O nacionalismo, que dá

sentido às nações, é um movimento idealizado para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade de uma população, considerada por alguns dos seus membros como uma real ou potencial "nação". Entretanto, Smith questiona o caráter unicamente moderno das nações e do nacionalismo, embora reconheça que elas sofreram profundas transformações na modernidade. De acordo com Smith as nações só podem ser construídas, ou imaginadas, sobre raízes históricas antigas. Desse ponto de vista as nações são constructos de longo prazo, constantemente reconstruídos e resignificados (SMITH, 1999).

Por isso, segundo Smith, os nacionalismos que dão sentido às nações combinam aspectos étnicos e cívicos, não obstante, um ou outro tenha maior preponderância em determinados contextos históricos e geográficos. O nacionalismo étnico é calcado sobre a ideia de que os indivíduos de uma nação dividem uma cultura e uma história única e estão ligados por laços de solidariedade que lembram laços familiares. Manifestações culturais imaginariamente milenares, como a língua e os costumes, são mais valorizados do que a igualdade legal, a cidadania e uma cultura de massas cívica. Mitos de ancestralidade e genealogia definem a nação. O nacionalismo cívico, por outro lado, define a nação como um grupo de indivíduos que escolhe pertencer racionalmente a uma comunidade com um território definido e compacto; com igualdade de todos os membros perante a lei; com direitos sociais e políticos de cidadania indiscriminados; e com uma cultura pública de massas compartilhada por todos os membros. Na ideia de nacionalismo cívico, os cidadãos podem adotar a identidade nacional a partir da livre escolha, inclusive os imigrantes, pois estão abertas a qualquer membro que esteja disposto a obedecer às leis e a cumprir as obrigações com a comunidade. Assim, o nacionalismo é ao mesmo tempo uma construção subjetiva e uma categoria normativa que definem quem pertence a uma determinada sociedade e as obrigações que estes têm que cumprir (SMITH, 1999).

Smith sugere que as nações modernas e os nacionalismos ampliaram estruturas e conceitos étnicos mais antigos que foram universalizados na modernidade, como a ideia de terra prometida, passado dourado e povo escolhido. A ideia de terra sagrada é associada à nação de duas formas: quando uma comunidade considera a terra um lugar de culto

sagrado, um exílio espiritual; ou quando um povo, que precisa se libertar dos opressores escolhe seguir para uma terra assumida como prometida a fim de formar uma comunidade ideal. A ideia de passado dourado estimula nos componentes da nação a recuperação de um status passado, mítico e ideal. Assim, a ideia de um passado dourado enfatiza a trajetória heroica dos cidadãos, realça os grandes feitos, relembra as virtudes que os descendentes carregam no sangue e justifica o sacrifício em nome de um destino designado desde tempos imemoriais. A ideia de povo escolhido é essencialmente um conceito religioso que atribui a um povo a missão de defender os valores morais e de realizar seu destino na terra. Isto confere à nação um status moral de superioridade sobre "os outros"; reafirma o destino comum e especial da nação que está destinada a ficar livre e a livrar o mundo da opressão; ajuda a delimitar as fronteiras e afastar os profanos que rejeitam a missão nacional, sejam eles vizinhos, conquistadores ou inimigos internos; e por fim, estimula o povo a se engajar no "caminho sagrado" obedecendo às "leis divinas" a fim de evitar que a missão não seja cumprida e que a nação seja derrotada (SMITH, 1999).

A política externa só pode ser compreendida se entendermos as dinâmicas, a construção da hegemonia e as visões de mundo, que estão dentro dos Estados. Para isso, é fundamental compreender como se constrói a nação e o sentimento nacional no momento da análise. Todo projeto político e toda visão de mundo trazem uma concepção do que é a nação e nacionalismo. A construção das identidades, sobretudo nacionais, que mobilizam aspectos materiais, subjetivos e intersubjetivos é fundamental para construção da hegemonia, tanto em nível nacional como internacional. A nação e o nacionalismo foram, e ainda são cruciais para mobilização das lealdades políticas, difusão das ideologias e organização dos projetos políticos.

O papel do discurso e da narrativa

No processo de construção de hegemonia, as pessoas não são enganadas pelo discurso, mas aderem a ele, sobretudo porque as palavras devem fazer sentido para sua

vida material. Portanto, o estudo do discurso é fundamental para entendermos como a hegemonia se constrói e, consequentemente, para compreendermos as relações internacionais. Para Norman Fairclough, o discurso é uma representação e uma forma de agir no mundo. Por um lado, o discurso é moldado e restringido pelas relações sociais, por outro lado é socialmente constitutivo, pois constrói e constitui o mundo. O discurso deve ser visto como uma prática social de origem coletiva e que altera o mundo e altera os outros indivíduos no mundo. Neste sentido, segundo Fairclough, o discurso tem três efeitos: 1- o discurso contribui para a construção do que é referido como "identidades sociais" e posições de sujeito, para o sujeito social e os tipos de EU; 2- O discurso contribui para a construção das relações sociais; 3- o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Em outras palavras, os discursos são resultados de realidades concretas permeadas de tensões e conflitos, mas ao mesmo tempo são intervenções políticas e sociais nesta mesma realidade. O discurso, portanto é uma prática política e como tal estabelece, mantém e transforma as relações de poder (FAIRCLOUGH, 2008).

As narrativas discursivas, como observa o historiador Ciro Cardoso, estão intimamente ligadas aos traços fundamentais dos fatos reais que relata, longe de deformá-los. No presente, os homens coletivamente projetam seus objetivos prospectivamente e retrospectivamente, unificando os fatos, ações e experiências coletivas. Tanto no nível da ação planejada individualmente pelos homens, quanto ao nível da coletividade, o “Eu” e o “Nós” das narrativas têm existência real, não são meras ficções e baseiam suas ações em narrativas. Portanto, as narrativas são estruturadas de acordo com a própria organização do mundo social, ao mesmo tempo em que é parte estruturante dessa organização real. Em outras palavras, a narrativa pode alcançar ou, ao menos, se aproximar da realidade e, ao mesmo tempo, ela ajuda a configurar o real, assim como é configurada por ele. Em suma, a ação narrativa discursiva é prática da vida cotidiana e real, antes de ser atividade meramente cognitiva e estética. Sendo assim, toda narrativa, está certamente emoldurada pelas condições subjetivas e objetivas do tempo e do lugar ocupado pelo sujeito que a escreve. O pesquisador que busca explicar uma dada realidade através das narrativas de

suas fontes deve, portanto, situar as condições de tempo e lugar dos sujeitos históricos que constroem tais narrativas (CARDOSO, 2005).

Considerações Finais

A estratégia dos teóricos de relações internacionais se estabelece em função dos *habitus*, da conjuntura, das necessidades materiais e da posição que eles detêm no campo e na sociedade. As relações de poder no interior do campo reproduzem as relações sociais que são externas ao mesmo. As teorias são feitas por homens que tem objetivos políticos e são intelectuais orgânicos que divulgam uma visão de mundo e projetos políticos de grupos específicos. As teorias clássicas de Relações Internacionais partem de uma descrição da realidade que não pode ser comprovada, o Estado de Natureza. Através deste artifício, tais teorias têm como objetivo estabelecer normas e regras que definem o comportamento dos homens e legitimam a dominação hegemônica e o modo de produção dominante, valorizando a guerra de conquista e/ou as trocas capitalistas. As teorias realistas, neorrealistas, liberais e neoliberais não só descrevem, mas também determinam a forma correta de comportamento para os Estados. Quando esses são reificados como atores do sistema internacional escondem a correlação de forçar sociais, os interesses e a dominação. Quando o sistema internacional é considerado inevitavelmente anárquico, as ações, baseadas em interesses materiais e subjetivos das elites, são legitimadas como essenciais para a sobrevivência da nação. Dessa forma, as elites econômicas e políticas se apoiam em seus intelectuais orgânicos para justificar, entre outras coisas, a guerra, a balança de poder, a exploração da mão de obra nas periferias, os gastos com armamento, as relações comerciais de livre mercado e a cooperação em organizações internacionais.

De certo, as análises gramscianas não são desinteressadas. Elas buscam analisar as ações dos Estados observando as estratégias das classes e frações de classe dominantes nos mesmos e no Sistema Internacional Capitalista Contemporâneo. Para isso, é fundamental investigar as correlações de força e os processos de conquista de hegemonia

que guiam a construção do Estado, da nação e do nacionalismo. As abordagens gramsciana são contra hegemônicas. Portanto, elas têm o objetivo de derrubar os "Blocos Históricos" hegemônicos que dirigem os Estados e ordenam as Relações Internacionais, criar novos "Blocos Históricos" e elaborar alternativas para o sistema.

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. 1983. **Imagined Communities: Reflections on the origin and Spread of Nationalism**: New York: Verso.

ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Berverly J. 2001. **Caos e Governabilidade no moderno Sistema Mundial:** Editora UFRJ; Contraponto: Rio de Janeiro.

ARRIGHI, Giovanni. 1996. **O Longo Século XX:** Rio de Janeiro: Contraponto.

BOURDIEU, Pierre. 1990. **Coisas Ditas**: São Paulo, Brasiliense.

_____. 1983. **Sociologia**: São Paulo, Ática.

_____. 1996. **Razões Práticas**: São Paulo: Papyrus.

_____. 2004. **Os Usos e abusos da ciências: Por uma sociologia clinica do campo cientifico**: São Paulo: Unesp.

CALHOUN, Craig. 2007. **Nacionalismo**: Buenos Aires: Libros del Zorzal.

COX, Robert W. 2001. **The Political Economy of a Plural World: critical reflections on power, morals and civilization**: Londres: Routledge.

FAIRCLOUGH, Norman. 2001. **Discurso e Mudança Social**: Brasília: Editora Universidade de Brasília.

GRAMSCI, Antonio. 2002. **Cadernos do Cárcere. Vol3: Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política**: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 1982. **Os intelectuais e a organização da cultura**: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 1987. **Concepção dialética da história**: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GILL, Stephen (org). 2007. **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais:** Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (org). 1997. **A invenção das tradições:** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KEOHANE, R. O., MARTIN, L. L. 1995. **The Promise of Institutionalist Theory**: International Security, v. 20, n. 1, p. 39-51.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. 2004. **A ideologia Alemã:** São Paulo: Martin Claret.

MEARSHEIMER, J. J. 1994. **The False Promise of International Institutions**: International Security, v. 19, n. 3, p. 5-49.

MORGENTHAU, Hans J. 2002. **A política entre as nações:** Brasília: IPRI.

MURPHY, Craig N. 1994. **International Organization and Industrial change: Global governance since 1850:** Polity Press: Cambridge.

NYE, Joseph & KEOHANE, Robert. 1997. **Power and Interdependence: World Politics in Transition:** Brown.

SMITH, A. D. 1999. **Myths and memories of the nation:** New York: Oxford University Press.

VIGEVANI, et al. 2010. **A Contribuição marxista para o estudo das Relações Internacionais:** IN: 7º Encontro Brasileiro de Ciência Política. Recife.

WALTZ, K. 2000. **Structural Realism after the Cold War:** International Security. v. 25, n.1, p. 5-41.

_____. 1979. **Theory of international politics**: New York: Newbery Award Records.